

GESTÃO AMBIENTAL TRANSFRONTEIRIÇA: DESAFIOS AO MERCOSUL

FERNANDA MENDONÇA VARELLA¹; PÂMELA DE AZEVEDO LOPES DIAS²;
MARIA CAROLINA MEDEIROS RODRIGUES³ MAURÍCIO PINTO DA SILVA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Relações Internacionais
fernandamvarella@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Relações Internacionais
pamela.alm.ufpel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental
carol_medeiros_14@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental – Professor Orientador
mauriciomercosul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A temática ambiental situa-se cada vez mais na inquietação de cientistas e pessoas mais conscientes da sociedade moderna, devido muitas vezes, à irresponsável e crescente deterioração do meio ambiente, caracterizada pelo modo desmedido e inconsequente da relação homem-natureza. Essa conduta tem impactos ambientais impresumíveis que extrapolam as fronteiras políticas dos Estados nacionais. Nesse sentido, os padrões de desenvolvimento não sustentáveis vêm favorecendo a degradação ambiental ao mesmo tempo em que comprometem a condição do homem na terra, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, por intermédio de alterações significativas no meio natural e destruição de diversos ecossistemas, afetando diretamente as condições dos diferentes grupos populacionais.

Nesse cenário, as áreas de fronteira entre os países passam a ter centralidade no debate e no desenvolvimento da integração regional, tornando-se um espaço nobre para ações universitárias como a pesquisa e a extensão. Importante destacar que a concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Nos últimos anos, identificam-se mais intensamente diversas áreas do conhecimento debatendo a temática fronteiriça, remetendo a esta, significados distintos entre a perspectiva tradicional e a crítica.

De acordo com Raffestin (2005, p.10)

a fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão “regere fines” que significa traçar em linha reta as fronteiras, os limites. É o mesmo procedimento utilizado pelo padre na construção de um templo ou de uma cidade, quando ele determina esse espaço consagrado sobre o terreno. Nessa operação o caráter mágico fica evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano. (3) pois segundo Benveniste, a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas.

O Brasil tem uma linha de fronteira de 15.719km, limitando-se com dez (10) países da América do Sul, abrangendo onze (11) estados e quinhentos e oitenta e oito municípios (588) brasileiros. A linha da fronteira com os demais países do MERCOSUL abarca 69 municípios e uma população estimada em 1.438.206 habitantes. A área de fronteira confinada a rígidos padrões de segurança nacional materializados em legislação e políticas governamentais ao longo de décadas, se contrapõe à necessária flexibilidade exigida pelas políticas de proteção ambiental.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e debater o desenvolvimento do projeto de pesquisa Gestão Ambiental Transfronteiriça: desafios ao Mercosul, iniciado em 2016, e que esta sendo retomado em 2018, com a participação de alunos dos cursos de Gestão Ambiental e Relações Internacionais do Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas.

2. METODOLOGIA

A situação particular de limitação geográfica, política e jurídica entre Brasil e os demais países do MERCOSUL, separados ao longo da fronteira por rios, lagoas ou apenas por uma rua, problemas e desafios ambientais singulares emergem no cotidiano das pessoas, provocando muitas vezes situações que exigem políticas e ações governamentais distintas das oferecidas em outras localidades de seus respectivos países. Nesse sentido, o projeto de pesquisa Gestão Ambiental Transfronteiriça: desafios ao Mercosul tem como objetivo principal analisar os Tratados, Acordos e Ajustes Complementares internacionais na área ambiental estabelecidos entre a República Federativa do Brasil e os países do bloco MERCOSUL, no período de 2003 a 2013.

De forma específica os estudos buscarão identificar, os Tratados, Acordos e Ajustes Complementares entre Brasil e os e os países do bloco MERCOSUL, no período de 2003 a 2013; identificar, os atores nacionais de Brasil e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, os atores regionais de Brasil e os e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, os atores locais de Brasil e os e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, as instituições nacionais de Brasil e dos países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, as instituições regionais de Brasil e dos e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, as instituições locais de Brasil e dos e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013; identificar, as instituições nacionais de Brasil e dos e os países do bloco MERCOSUL presentes nos Tratados, Acordos e Ajustes Complementares, no período de 2003 a 2013.

O estudo esta sendo desenvolvido a partir de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Na realização da pesquisa documental estão sendo utilizadas as publicações oficiais da República Federativa do Brasil. A pesquisa bibliográfica faz uso principalmente livros, artigos, publicações na imprensa e também de material disponibilizados na internet, de maneira a auxiliar na apreensão de novas realidades do contexto fronteiro. A pesquisa bibliográfica também servirá para o aprofundamento e compreensão de conceitos como: fronteira, gestão ambiental, Tratados internacionais e governança ambiental internacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As fronteiras políticas podem ser delimitadas fisicamente (com muros ou cercas), embora não seja sempre esse o caso, daí se falar de convenção: os diferentes países acordam entre eles até onde chegam os seus respectivos limites; ao atravessar esse limite (a fronteira), entra-se no território do país

vizinho. As fronteiras podem ser terrestres, mas também existem fronteiras marítimas, fluviais, lacustres (junto de lagos) e mesmo aéreas.

A concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Destaca-se, ainda que a perspectiva tradicional atribui à fronteira um sentido ligado mais a demarcação do solo, território e à apropriação desse espaço pela sociedade. Para Nogueira (2007, p.29) “as origens políticas do conceito de fronteira estão associadas à própria formação dos Estados-nacionais, que no processo de consolidação tiveram, e ainda tem que demarcar claramente linhas divisórias, visto implicar da ordem, da norma e do poder instituído”.

Ainda segundo Nogueira (2007, p. 29)

resultado de sua construção histórica como divisor de soberanias; de disputa de poder; defesa do território do Estado-nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos e até mesmo de sua ‘produção’, a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a rota de fuga, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados. Imagem cada vez mais próxima do real quanto mais fechado for o Estado-nação.

Do ponto de vista político, o espaço geográfico dos estados apresenta como característica essencial o seu aspecto soberano. De acordo com Mattos (1990, p.05) “a organização política do planeta está fundamentada na compartimentação do espaço entre Estados soberanos”. Assim, a história registra, em todas as épocas, o zelo inexcedível dos Estados na preservação, manutenção e defesa de seus direitos territoriais. Esta prática permanente impõe a delimitação clara dos territórios nacionais, a fim de que sejam evitadas dúvidas perturbadoras e conflitivas, cuja existência tem sido a razão da maioria dos conflitos internacionais.

A organização e a produção do espaço pela sociedade moderna realizam-se através de processos de trabalho e relações socioeconômicas e políticas. Ao considerarmos na análise da organização do espaço, a relação sociedade/natureza, esta se faz, através do trabalho que, por ser um ato social, conduz a transformações territoriais e ambientais.

A execução do presente estudo tem por objetivo analisar os Tratados, Acordos e Ajustes Complementares internacionais na área ambiental estabelecidos entre a República Federativa do Brasil e os países do bloco MERCOSUL, no período de 2003 a 2013. Como resultado deste estudo, almeja-se não só acompanhar, mas, sobretudo apoiar e auxiliar na disseminação dos referidos instrumentos legais, em especial aos municípios localizados em áreas de fronteira. Por fim, a presente proposta espera analisar os instrumentos legais (Tratados, Acordos e Ajustes Complementares internacionais na área ambiental) no sentido de contribuir com a disseminação dos referidos documentos em nível local.

4. CONCLUSÕES

O meio ambiente desconsidera muitas vezes a importância das fronteiras geopolíticas. Espera-se, com o Desenvolvimento deste estudo, contribuir na construção de conhecimentos no sentido de subsidiar a formulação de políticas e programas públicos para o desenvolvimento e a integração regional, além de contribuir para a redução das assimetrias próprias destes espaços - a fronteira. Pretende-se, ainda, colaborar para fortalecer os programas e projetos governamentais nestas áreas, além de fortalecer a capacidade de uma sociedade

organizada territorialmente, de gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos diferentes atores.

O resgate, por meio da pesquisa e do estudo sobre os Tratados, Acordos e Ajustes Complementares internacionais assinados entre a República Federativa do Brasil e países integrantes do bloco MERCOSUL podem e devem ser relevantes, no sentido de contribuir para o conhecimento em nível acadêmico/científico, bem como para a compreensão do fenômeno da integração latino-americana, inserida no desenvolvimento socioambiental, em uma perspectiva transfronteiriça.

Concomitantemente, a inquietação com as situações relacionadas aos bens ambientais situados ao longo da linha de fronteira entre os países, bem como os arranjos institucionais têm demonstrado o esforço das comunidades fronteiriças em solucionar seus problemas de forma conjunta e integrada, necessitando a intensificação do olhar científico/acadêmico sob os mesmos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCENA, Marta Gomes. **A condição fronteiriça Brasil-Uruguai no Mercosul.** Série Fronteiras da Integração – V. 5 – Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MACHADO, Lia Osório. **Cidades na Fronteira Internacional: Conceitos e Tipologia.** In: Dilemas e diálogos platinos. ANGEL, Nuñez; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. Editora da UFGD, Dourados, MS, 2010.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira: Espaço de Referência Identitária?** Revista Ateliê Geográfico da Universidade Federal de Goiânia – UFG/IESA. V.1, n.2, Dez/2007, Goiânia-GO, 2007, p.27-41. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/3013/3051>

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.) Território sem Limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2005.